



**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA CAIRUÇU
12/09/2017 – Sede da APA Cairuçu, Paraty - RJ.**

CONSELHEIROS PRESENTES: Sandro (UFRJ), Paula Chamy (UNICAMP), Tiago MENEZES (FIPERJ), Almir (Ass. Cedro), Neiva (ADPT), Jadson (Ass. Cajaraba), Domingos (Ass. Q. Cabral), João (REEJ), Gilmar (Sec. Pesca), Anderson (UFF), Vagner (FCT), Thatiana (IVC), Marcela (CNC), Márcio (Colônia), Robson (ABAT), André Videira (UFRRJ), Marcela Cananéa (CNC), Cristiana Reis (IPEMA), Sérgio Daflon (SEDUR), Noelcir (Ass. PPT), Alda Janaína (EMATER).

Além dos Conselheiros assinaram a lista de presença outros 42 participantes, conforme o anexo I.

Início da reunião: 09:22 hs.

Término da reunião: 13:40 hs.

Lilian Hangae, Presidente do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA) - Deu início à reunião se apresentando e agradecendo a presença de todos.

Luciano Vidal, Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Paraty – Agradece os representantes e conselheiros da APA Cairuçu. Fala do objetivo de apresentar uma proposta no contexto do Município de Paraty. Diz que a proposta é aberta, aceitando sugestões. “Deparamos-nos com uma série de conflitos dentro da APA Cairuçu e por demanda da sociedade ocorre à revisão do plano de manejo. Recebemos demandas na prefeitura após a alteração do decreto. Entregamos em mãos para o Ministro do Meio Ambiente e o presidente do ICMBio, Ricardo Soavinski. Temos 40% do território de Paraty dentro da APA, onde conforme seu zoneamento 76% são de proteção integral e menos de 2% são para uso das comunidades, como zonas destinadas ao turismo e recreação, marinas e apenas 5% corresponde a ZERT (Zona de Expansão Residencial e Turística), que inclui o condomínio Laranjeiras por exemplo, o município fica congelado. Fomos cobrados que o município não tinha sua legislação adequada, informo que o plano diretor Lei 034/2007 está em vigor. Fizemos também a LUOPS (Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo) e houve questionamento por parte o MPF, mas estamos respondendo. A lei está aprovada e sancionada pelo prefeito. A LUOPS não é uma lei fechada, só pode prevalecer nas áreas de ocupação urbana. Deverá ser ajustada para se adequar ao novo plano de manejo da APA Cairuçu. Peço o apoio de vocês, da sociedade, é um documento que não beneficia nem “A”, nem “B” e nem “C”. As pessoas que tem dúvida podem entrar em contato com a equipe da secretaria do ambiente para conversar.”

Lilian Hangae, Presidente do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA) – A revisão do plano de manejo está sendo uma grande oportunidade de reflexão e construção de uma proposta de zoneamento adequado à realidade e objetivos da APA Cairuçu, fizemos um relatório de monitoria onde foi levantado o que já havia sido implementado ou não, e já há várias indicações de ajustes no zoneamento. Não há obrigatoriedade de revisão de um plano de manejo em 5 anos, e o atual estará vigente até que o novo seja aprovado, e está sendo um momento de grande riqueza, as reuniões participativas estão possibilitando registro da história de ocupação, usos e propostas para utilização do território da APA Cairuçu. A restrição de usos no território, se dão não pela existência da APA, mas por

sua localização, que tem legislação ambiental incidente por estar em área de mata atlântica, serra do mar, mangue, ilhas... A proposta apresentada pela prefeitura facilita nossa discussão, fica claro quais são os interesses, temos demandas de área turística, mas também de preservação. Apresentaremos na semana que vem nossa proposta de cronograma para conclusão do Plano de Manejo para direção do ICMBio em Brasília, que deve subsidiar a resposta oficial à Prefeitura.

Luciano Vidal, Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Paraty – Ratificando, vê este conflito generalizado. Não estamos aqui para pressionar o prazo.

Carlos Felipe, Analista Ambiental da APA Cairuçu – Esta é uma reunião de trabalho do CONAPA. Para trabalharmos bem, em um conselho de política pública, a fala e o espaço é preferencialmente dos membros do conselho, o que não exclui a fala dos demais presentes. Vamos firmar um teto de horário até 12h30min e um acordo de convivência, respeitando as inscrições, os não conselheiros terão tempo de fala e mantendo objetividade nas falas e foco no assunto.

O Sr. Luciano Vidal convida a Sr^a Mônica Nemer, Secretária do Ambiente Adjunta e o Sr. Fabrício Soares, Secretário do Ambiente do município de Paraty a apresentarem a proposta da prefeitura para a revisão do plano de manejo da APA Cairuçu.

Mônica Nemer, Secretária do Ambiente Adjunta – Deseja bom dia. Informa que trata-se de uma proposta da Prefeitura Municipal de Paraty. No momento de alteração do decreto da APA, houve demanda na prefeitura de várias comunidades e seguimentos preocupados com o que iria ocorrer com as mudanças no Plano de Manejo da APA Cairuçu. Destaca que a proposta da Prefeitura é técnica, e não emocional, e foi elaborada com base em proposta elaborada UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Mônica faz a contextualização abordando desde a publicação do Decreto nº 89.242/1983, que cria a APA Cairuçu, a publicação do Plano Diretor do Município, em 2002, a publicação do Plano de Manejo da APA de 2005, a revisão do Plano Diretor do Município em 2007, a proposta de revisão do Plano de Manejo pela UERJ, em 2009, até a mudança do decreto de criação da APA, através do Decreto Federal nº 8.775, de 11 de maio de 2016, que determinou a revisão do plano de manejo, o qual deverá dispor de novo zoneamento e normas gerais para o uso da área e o manejo dos recursos naturais.

Lilian Hangae, Presidente do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA) – Enfatiza que a mudança no decreto foi considerado válido pois não altera o limite da APA Cairuçu nem o objeto de criação, porque isso não poderia ser por meio de decreto presidencial e sim por Projeto de Lei.

Mônica Nemer, Secretária do Ambiente Adjunta – Informa que em nenhum momento o município vem liberar área/território que é protegido por lei ambiental federal. Cita as unidades de conservação que compõem o Mosaico Bocaina. Diz que não querem entrar em embate e que como existe a disparidade entre o Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Paraty e o Plano de Manejo da APA Cairuçu, e que isso gera muitos conflitos cita ainda uma série de problemas que ocorrem no território. Mostra graficamente a distribuição do zoneamento da APA Cairuçu e em relação ao Plano de Manejo atual, salienta que a unidade ocupa cerca de 40% do município de Paraty e que deste total, aproximadamente 76% são quase intocáveis e que assim sendo, o Governo Federal inviabiliza o desenvolvimento de 30% do município de Paraty, uma vez que apenas aproximadamente 5% do município são edificantes. Enfatiza ainda que esta área edificante compõe a chamada zona de expansão residencial e turística (ZERT) segundo o zoneamento da APA Cairuçu e que a maior parte desta zona é composta pelo Condomínio Laranjeiras e áreas no entorno da BR 101. Diz também que a Zona de Marinas, atividade natural e econômica da região, representa apenas 0,06% da área da APA. Na proposta da Prefeitura é solicitada que na revisão do novo Plano de Manejo: i) sejam retiradas todas as regras de parcelamento do solo urbano, uma vez que estas são contempladas no Plano Diretor de Paraty – Lei nº 034/07. A secretária fala ainda das competências da Prefeitura descritas no artigo 30 da Constituição Federal. Informa que até o início do ano de 2018, a revisão do Plano Diretor do

Município estará finalizado e em consonância com o Plano de Manejo da APA Cairuçu. i) Solicita que nas ZPVS (Zona de Preservação da Vida Silvestre) Continental sejam substituídas as áreas alteradas por ZERT, incluindo área mais integras, para manter a proporção, como no caso do Condomínio “Jardim Mariângela” no Rio dos Meros, que tenha seu zoneamento alterado de ZPVS para ZERT, uma vez que este já havia sido licenciado antes do Plano de Manejo de 2005; iii) Para as Ilhas, considerando que um levantamento feito por sua equipe aponta que o 2º maior alvo de turismo do município de Paraty está ligado aos mares e ilhas e que a intenção é de transformar algumas ilhas, que hoje são consideradas como zona de preservação da vida silvestre, em ZERT, seguindo determinadas diretrizes: documento de “propriedade”, infraestruturas e construções anteriores a 2005, ocupação máxima inferior a 20% da ilha, considerar o disposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico, e sugere ainda a exigência de um Diagnóstico Ambiental das Ilhas, com condicionantes para minimizar os impactos do uso; iv) Para as ZCC (Zona de Conservação da Costeira) que seja preservado 80% e autorizada a utilização de 20% da propriedade; v) Que nas ZERTs: sejam incluídas diretrizes para estruturas hoteleiras, seja expandida para longo das BR e demais vias, com 300 metros de cada lado; e vi) Seja criada Zonas para estruturas e equipamentos públicos com área para praças, quadras, creches, escolas...

Monica apresenta parte do zoneamento da APA Cairuçu segundo a proposta apresentada pela Prefeitura Municipal de Paraty.

Tatiana Lourival, conselheira do CONAPA Cairuçu – Questiona onde está o restante do território da APA dentro do zoneamento proposto pela Prefeitura Municipal de Paraty.

Mônica Nemer, Secretária do Ambiente Adjunta – Informa que a área não apresentada na referida proposta não sofreu alteração, pois trata da área sobreposta com a Reserva Ecologia da Juatinga. Diz ainda que será disponibilizado o mapa que contempla todo o território da APA Cairuçu segundo o zoneamento proposto pela Prefeitura Municipal de Paraty.

Almir dos Remédios, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Diz que no Plano Diretor de 2007, a área insular do município de Paraty não foi “encaixada”, contemplada. Fala ainda que muito do que foi apresentado como “responsabilidade” da APA, é da prefeitura de Paraty.

Lilian Hangae, Presidente do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA) – Solicita o mapa com o zoneamento proposto pela Prefeitura de Paraty no formato *shape file* para que possa ser realizada a sobreposição do referido mapa com o atual zoneamento da APA Cairuçu.

Tatiana Lourival, conselheira do CONAPA Cairuçu – “Bacana que a Prefeitura Municipal de Paraty está apresentando uma proposta”. Em relação à fala inicial do vice-prefeito Luciano que diz respeito à geração de renda, percebi um esforço, louvável, de viabilizar o desenvolvimento econômico e turístico do município, mas, sente falta da referência que faça da proteção de comunidades caiçaras no território. Ratifica que as comunidades tradicionais também desejam ser protagonistas de seus próprios empreendimentos e não só serem empregados dos grandes empreendedores. A Prefeitura de Paraty precisa pensar em mecanismos de proteção das comunidades caiçaras. A grande riqueza cultural pode ser o “objeto” de atrativo turístico.

Mônica Nemer, Secretária do Ambiente Adjunta – Responde que a Prefeitura não recebeu nenhuma proposta por parte das comunidades, com exceção das comunidades da Forquilha e do Patrimônio.

Tatiana Lourival, conselheira do CONAPA Cairuçu – Diz que a Prefeitura precisa conhecer a realidade das comunidades e que existe uma diferença nos tratos para os grandes empresários, que tem mais conhecimentos. Reforça que as comunidades precisam do apoio da Prefeitura.

Mônica Nemer, Secretária do Ambiente Adjunta – Responde que na página 27 da proposta da

Prefeitura existe o registro a respeito das comunidades.

Anderson Sato, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Fala da questão de interpretação, de como as zonas não edificantes foram colocadas como inviabilizadoras do desenvolvimento, foram apresentadas as motivações, mas qual foi a metodologia adotada para a construção da proposta, como a sociedade foi ouvida. Diz que sentiu falta destas informações e que gostaria de ouvir com maior riqueza de detalhes.

Jadson, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Diz ser importante o debate, frente ao massacre que vem ocorrendo no território, tem preocupação com a revisão do Plano de Manejo e ressalta a importância dos territórios caiçaras e de seus acessos. Na proposta da Prefeitura foi destacado o problema de falta de Regularização Fundiária, mas não teve proposta de como regulamentar as áreas, a comunidade não foi ouvida, e” queremos que a discussão ocorra no território”. Fala que se trata de uma proposta da atual gestão da Prefeitura de Paraty e questiona quais são as garantias de que seja dada sequência na discussão, em como envolver os moradores do “atrativo turístico” os interesses são diversos sobre estas áreas.

Sandro, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Enfatiza que alguns dados, no contexto, são questionáveis como pesquisa. Fala que no contexto de desenvolvimento, o conceito tem diversas interpretações, de qual conceito de desenvolvimento do território a proposta está falando? Pode se trabalhar o conceito de forma diferente “gerar renda sem destruição ambiental, e também aconselha que seria melhor se qualificar em termos utilizados no documento, ninguém é dono de ilha, exemplifica.

Almir dos Remédios, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Diz que a proposta é boa e é importante cada conselheiro analisar a proposta. Já entreguei na prefeitura as propostas das comunidades que represento (Ilha do Cedro e Araujo). Fala que o conselho deve se organizar para dar uma contrapartida para a Prefeitura.

Sérgio Daflon, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Diz existe uma tendência natural, no processo de participação, na revisão de uma Lei, das pessoas esperarem um produto final para que possam se manifestar. Fala que esta é uma proposta de uma entidade conselheira da APA Cairuçu e que gostaria que os demais também apresentassem suas propostas. Esclarece que em relação à área edificável e o conceito de desenvolvimento, a idéia não é bem inviabilizar, mas trazer a tona este tema para discussão e que deseja ouvir mais sobre as comunidades tradicionais. Informa que em 2009, foi feita uma Lei Federal sobre regularização fundiária e a Prefeitura de Paraty criou em 2013 uma secretaria de habitação e regularização fundiária.

Mônica Nemer, Secretária do Ambiente Adjunta – Responde que a respeito da metodologia, os dados recebidos das comunidades do Patrimônio e Forquilha foram compilados na proposta.

Lilian Hangae, Presidente do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA) – Enfatiza que estamos em um processo de construção participativa que nos dá subsídio, por exemplo, para avaliar a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (LUOPS) e o que a comunidade está demandando é importante ser absorvido pela gestão municipal.

Fabrcio Soares, Secretário do Ambiente – A secretaria de regularização fundiária tem trabalhado, junto ao ITERJ, por exemplo, no caso da fazenda Paraty Mirim.

Neiva, conselheira do CONAPA Cairuçu – Fala que gostou do documento e que estamos em um momento importante na APA, que está ouvindo a comunidade. Esclarece que a sensação que teve da apresentação é de que existe uma propaganda muito grande acerca das ilhas, faltou equilíbrio na

apresentação em relação à área continental. Em relação ao Condomínio Laranjeiras, lembra que este não atende aos turistas, não tem escolas ou áreas de lazer. Fala que nosso “ganha pão”, os turistas, vem para o território para apreciar as áreas preservadas. Faz apelo para um maior planejamento para o que já temos, precisamos de saneamento, de boas escolas. Ratifica a importância de se observar que as populações da Mangueira e Ilha das Cobras, por exemplo, são comunidades de caiçaras que saíram de seus locais de origem, em sua maioria, motivados pela construção de condomínios. Se hoje Paraty é uma das cidades mais violentas do Rio de Janeiro, é consequência da expulsão dos caiçaras de suas terras. Finaliza dizendo que a proposta da Prefeitura é louvável, mas precisa ser trabalhada com mais detalhe dentro do conselho.

André, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Esclarece que qualquer proposta de manejo traz um conjunto de interesses, disputas e tem caráter político sim, mesmo sendo técnico ou emocional.

Marcela, conselheira do CONAPA Cairuçu – Fala que a proposta trazida pela prefeitura é apenas uma proposta e não está engessada, deve ser mais trabalhada no conselho e que estamos trabalhando junto do conselho, a revisão deve ser participativa, coletiva. Fala ainda que enquanto comunidade nós temos que participar do conselho para complementar a revisão do Plano de Manejo da APA Cairuçu. Salienta que as comunidades tradicionais estão sendo “engolidas” pelo turismo, e que precisamos saber como fazer o turismo sustentável. Marcela lembra ainda que a Secretaria do Ambiente e a Câmara dos Vereadores de Paraty, na época da alteração do decreto, orientaram as comunidades a não participar do CONAPA, alegando que a existência de Unidades de Conservação emperram o desenvolvimento, pela apresentação parece que as coisas mudaram.

Vaguinho, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Diz que a APA compõem um território histórico ancestral muito significativo, por mais que o processo seja técnico administrativo é impossível não se emocionar quando falamos do nosso território e que o que mais lhe preocupa neste processo é a “canetada” de quem está “lá em cima”. Que a responsabilidade deste plano de manejo vai além da APA, pois é de interesse de todo o Mosaico Bocaina. Lembra que este processo foi iniciado lá atrás em 2005, e que a mudança do decreto sai na véspera do golpe e é um decreto “inedito”. Sugere que assim como a APA, a Prefeitura deve ir também às comunidades para fazer gestão. Reforça que o território está crescendo de forma desordenada e a especulação cresce a cada dia e que precisamos levar esta discussão para todas as comunidades.

Domingos, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Relata a retirada de barranco e ainda que um vereador se comprometeu a arrumar a estrada do Cabral com máquina. Solicita que a prefeitura que vá ao Cabral e veja o aterro que colocaram na estrada.

Robson, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Diz que em relação às Vilas Caiçaras, com a abertura da rodovia Rio-Santos foram as mais castigadas. A APA garante a proteção destas comunidades. No Plano de Manejo em vigor estas Zonas de Vila Caiçaras previstas são minúsculas, e representam apenas parte do território caiçara. Fala ainda que na proposta apresentada pela Prefeitura ficou faltando um olhar para estas comunidades, para a pesca, a agricultura e a educação.

Paula Chamy, conselheira do CONAPA Cairuçu – Diz que a Prefeitura tem este mérito de apresentar, mesmo que de forma prematura, esta proposta e temos que discutir mais detalhadamente e rigorosamente esta questão.

Cristiana, conselheira do CONAPA Cairuçu – Observa que a proposta apresentada mostra os interesses da Prefeitura, por exemplo, no turismo, que é muito importante para o território, mas precisamos de estrutura para um turismo de qualidade. Questiona: como queremos este turismo? Quais são as demandas de infraestrutura para viabilizá-lo?

Sérgio, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Respondendo a algumas questões, diz que a falta de equilíbrio na proposta apontada pela conselheira Neiva será revisado. Sugere a ocorrência de um esforço com reuniões extraordinárias para a apresentação de propostas por parte dos demais conselheiros. Fala ainda da fragilidade do parcelamento do solo em Trindade e que Lei sobre comunidades tradicionais criada pelo Vereador Vidal, será incorporada na proposta.

Luciano Vidal, Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Paraty – Cita a página 33 da proposta, que faz referência as comunidades tradicionais e enfatiza que o que não está em Zona de Vila Caiçara (ZVC), está em ZERT. Diz ainda que a Lei Municipal foi construída pela comunidade. Solicita o parecer da comunidade em relação à proposta para possível ajuste e adequação. A respeito da pesca, a Prefeitura também tem uma proposta de um terminal pesqueiro para apoio aos pescadores. Informa que recentemente foi apresentada a proposta da APA Marinha que não sobrepõe às áreas da APA Cairuçu e a ESEC Tamoios. Salienta que a ideia da APA Marinha é ter um controle do número de embarcações em nossa Baía.

Sérgio, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Enfatiza que existe a intenção pura de aproximar equipamentos públicos para as comunidades em área de ZERT e ZVC.

Lilian Hangae, Presidente do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA) – Fala sobre o produto que será gerado das reuniões de diagnóstico da APA Cairuçu. Reforça que a apresentação da Prefeitura faz parte das reuniões setoriais que compõe a etapa da revisão do Plano de Manejo. Observa que ficou claro pelas falas, que as comunidades querem se ver mais nas propostas da Prefeitura.

Luciano Vidal, Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Paraty – Ratifica que a prefeitura não está fechada para propostas e solicita oficialmente que as propostas das comunidades sejam encaminhadas para a Prefeitura.

Emétrio Américo – Fala da competência da Prefeitura de ordenar o território em respeito com as demais entidades. Esclarece que a Ilha rasa está na proposta, e solicita a alteração do zoneamento para a referida ilha e ratifica que a questão das edificações serão adequadas.

Jim, Associação de Moradores da Trindade – Relata que observou que na proposta, no que se refere às regras de parcelamento do solo em Trindade, que existe restrição de parcelamento para cota de 20 m e que em relação a isto a comunidade não foi consultada. Questiona como esta decisão foi tomada.

Mônica Nemer, Secretária do Ambiente Adjunta – Responde que como se trata de área urbana, este detalhe é contemplado na LUOPS, que segue o zoneamento da APA Cairuçu.

Fernando, morador da Trindade, ex-vereador do município – Fala que é médico no território a mais de 30 anos. Observa que o que está posto é que as populações estão sendo retiradas de seus territórios, citando o caso das comunidades da Mangueira e Ilha das Cobras. Enfatiza que a população quer a resposta do porque está acontecendo tudo isso. Fala que quando o ICMBio proíbe saneamento em Trindade, levanta a desconfiança e o resultado disso é catastrófico e propõe que todos se “ajudem”, os órgãos ambientais tem que se abrir para a sociedade, parar e ouvir, e parar de atrapalhar.

Fernando, Condomínio Laranjeiras – Fala que Paraty é um espaço também de preservação histórica e cultural. Salienta a importância da valorização histórica e cultural do território e que recentemente Paraty foi reconhecida como “área das cachaças”.

Teteco, comunidade da Ponta Negra - Fala que temos que “pegar” a realidade e melhorá-la e também investir nas famílias para que os caiçaras possam resgatar sua cultura. Cita que a sobreposição entre a APA e REEJ, causa muita confusão, tem que ficar mais claro, quais são as competências de

cada um, e que para este desenvolvimento turístico acontecer, precisar haver estudos de capacidade de suporte das áreas.

João, servidor da REEJ – Fala que nenhuma Lei dá conta do desordenamento do território, lembra que existe a Lei de camping Selvagem, e que nenhum camping da região consegue se enquadrar, e que apesar da atividade ser bastante lucrativa, os moradores não tem interesse em implementar estruturas para minimizar estes impactos. E que foi realizado um estudo de capacidade de suporte para Trindade e Sono, mas que a comunidade não aprovou.

Roberto Mourão, ECOBRASIL - Diz que conduziu os estudos de capacidade de suporte para estas áreas e também para o Cond. Laranjeiras, mas que este último não foi apresentado à sociedade, os dados foram entregues para SOS Mata Atlântica. Que na época também foi elaborado o Manual caiçara de Turismo de Base Comunitária, e se oferece para apoiar trabalhos nessa temática.

Tatiana Lourival, conselheira do CONAPA Cairuçu – Quais garantias para Proteção dos caiçaras.

Robson, conselheiro do CONAPA Cairuçu – Defendemos o território tradicional com evolução, tratamento digno, saúde, escola com garantia de permanência no nosso Território.

Sergio Godoy, Consultor do Condomínio Laranjeiras - informa que o Estudo de capacidade de suporte foi entregue ao MPF.

Luciano Vidal, Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Paraty – Agradece a oportunidade de apresentar a proposta, a receptividade da APA e CONAPA, e que irá oficializar os seguimentos a apresentarem suas propostas.

Lilian Hangae, Presidente do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA) – Agradece a participação de todos, considera que foi uma reunião muito produtiva, informa que a proposta ora apresentada será considerada no diagnóstico e levada ao conhecimento das comunidades na rodada de reuniões participativas de planejamento, que claro não será acatada na íntegra, mas que quanto aos 6 pontos apresentados pela PMP: i) quanto as ZERT, que nas áreas hoje denominadas ZERT, estão um conjunto de situações muito diferentes e que estas devem ser subdivididas em outras zonas, mas que deve haver uma zona de ocupação urbana, onde sim podemos considerar a retirada das regras de parcelamento do solo urbano, deixando a responsabilidade de ordenar estas áreas à PMP, da mesma forma uma zona para atender as demandas de empreendimentos turísticos, como setor hoteleiro; ii) quanto a ZPVS, vê a possibilidade de substituir áreas alteradas por zoneamento mais permissivo, mantendo a proporcionalidade. iii) para as ilhas, além dos critérios apresentados outros deveriam ser considerado, para disponibilizar estas áreas para um zoneamento mais permissivo; iv) quanto a possibilidade de utilização de até 20% das propriedades em ZCC, vê várias dificuldades para uma norma deste tipo, principalmente em função da falta de regularização fundiária do território; v) quanto a possibilidade de criar zona para estruturas e equipamentos públicos, considera que parte este incluído nas ZUCEL, e se estas áreas já forem reconhecidas no processo de revisão do plano de manejo, podem ser indicadas, mas que podemos criar um dispositivo que preveja estas construções de interesse público.

Assim, concluímos as atividades as 13h40.

Relator (a): Jeani Moreira de Oliveira – APA Cairuçu.